

APRESENTAÇÃO

Múltiplas fronteiras a recortar o espaço mundial contemporâneo

Ana Regina Falkembach Simão¹

Adriana Schryver Kurtz²

Como bem lembrado por Carlos Milani, ao apresentar a obra “Relações Internacionais: Perspectivas francesas” (2010, p. 7), aportes teóricos, históricos, geográficos e sociológicos compartilham a necessidade de se analisar o mundo “na perspectiva da potência estatal e das organizações intergovernamentais, mas também sob a ótica das relações transnacionais” sem esquecer, todavia, interfaces de colaboração ou de conflito que se criam entre o mundo dos Estados e o das firmas globais, movimentos sociais, redes de ativismo político, comunidades científicas, grupos identitários, corporações midiáticas, entre outros atores da política mundial contemporânea. Eis uma perspectiva que dá a ver a dimensão do campo das Relações Internacionais, seus desafios e a inesgotável articulação entre temas cada vez mais variados.

Ao completar oito anos de atuação em prol do pensamento e reflexão científica no campo das RI, a partir do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (NEPRI/ESPM-Sul), a **Século XXI Revista de Relações Internacionais** passa a publicar artigos e ensaios de temáticas variadas sem a proposição regular ou sistemática de Dossiês Temáticos, mas certamente com a mesma consciência em torno da amplitude de questões e da relevância dos debates para o campo. Assim, passamos à apresentação dos textos aqui reunidos para mais uma edição da revista, observando que seu conjunto não deixa de destacar a questão das fronteiras. Este é um aspecto recorrente e, aliás, esperado se concordarmos com a definição/convite de Milani (2010, p. 07): pensar as relações internacionais enquanto tensões, contradições e articulações entre o poder estatal, as dinâmicas econômicas e o mundo das sociedades.

¹Editora da Revista Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) e Professora do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul. Doutora em História pela UFRGS. (asimao@espm.br)

²Editora Assistente da Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR) e Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da ESPM-Sul. Doutora em “Comunicação e Informação” pela UFRGS. (akurtz@espm.br)

Assim, em nosso primeiro artigo, Gustavo Alvim de Góes Bezerra faz uma ponte entre a história política e cultural do Ocidente no texto **“O Século XIX europeu: Brasil e Estados Unidos nas Exposições Universais”**. O autor parte da polarização entre dois projetos políticos que marcou a segunda metade do século XIX europeu. De um lado, o tradicional Antigo Regime, que por tanto tempo foi inquestionável como modelo político social, fortalecia as tradições e os governos dinásticos do continente. De outro, a emergência do liberalismo fortalecido pelas revoltas populares e novas tecnologias que, propunha mudanças significativas neste panorama. Nas Américas, recém-independentes, ressaltará o texto de Gustavo Bezerra, o Império do Brasil e a República dos Estados Unidos da América representam casos ideais desses dois projetos em disputa, o primeiro como manifestação do Antigo Regime e o segundo como projeto do liberalismo. A partir de uma leitura cuja chave está na história cultural, o texto postula que a convivência desses dois projetos na segunda metade do século XIX europeu pode ser compreendida pela participação desses dois países americanos nas Exposições Universais.

Superando o tradicional enfoque histórico realista nos conflitos do período, as disputas por superioridade civilizacional e pela modernidade, liberal ou tradicional, oferecem uma perspectiva para a leitura do final do século XIX europeu através do Brasil e dos EUA. Isso porque as Exposições Universais do século XIX representaram uma síntese razoável da Europa de então. “Se em parte reinventavam as feiras da Idade Média, evidenciavam, também, o ponto mais alto do capitalismo burguês e o seu desenvolvimento tecnológico”. Mais do que um símbolo do elã do desenvolvimento capitalista, oriundo do estímulo ao comércio ou uma espécie de vitrine do desenvolvimento de novas tecnologias, as feiras também expressavam “a soberba de construir opulentos parques de exposição que, em menos de um ano, seriam postos no chão”. O artigo assim analisa, de forma comparativa, a participação de dois países americanos nesse típico espaço de socialização europeu, defendendo a tese de que as diferentes atuações do Império do Brasil e os Estados Unidos da América representam as percepções preponderantes no Rio de Janeiro e em Washington sobre a própria modernidade.

Avançando para o tempo presente e o contexto latino americano, **“Saneamento urbano integrado Aceguá/Brasil-Aceguá/Uruguai. Um caso de integração em andamento?”**, de Maria Isabel Mallmann e Dirceu André Gerardi, coloca em avaliação o projeto em curso de Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil-Aceguá-Uruguai, iniciativa aprovada no âmbito do Mercosul em 2012. O texto postula que o Projeto, apesar dos inúmeros percalços sofridos, é um exemplo emblemático da cooperação bilateral de Brasil e Uruguai no âmbito do Mercosul. Esta teve grande impulso nos anos 2000, quando foi acordada a Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai (2002) prevendo a intensificação da cooperação bilateral nas áreas de saúde, desenvolvimento integrado (aí compreendida a educação e formação profissional), cooperação policial e judicial e saneamento e meio ambiente. Baseando sua pesquisa em fontes documentais, materiais de imprensa e, sobretudo, em entrevistas com pessoas que ocupam ou ocuparam posições no Mercosul e em diferentes níveis de governo de Brasil e Uruguai, a autora buscou conhecer a percepção dos entrevistados sobre a relevância do Projeto e sobre seu processo de implementação. Os resultados destas entrevistas, de

suas falas e de suas contribuições, destacam a relevância do empreendimento para as relações bilaterais mas igualmente apontam para suas limitações quanto à integração regional à luz de conceitos da teoria neofuncionalista.

As entrevistas iluminam problemas de ordem legal, técnica e burocrática que se mostraram intransponíveis para a consecução do projeto de saneamento integrado original, alertando para os obstáculos a serem futuramente superados para que se atinja um patamar de cooperação cuja sinergia alimente sua contínua expansão. Para tanto, sugere o texto, seria fundamental a existência de uma nova institucionalidade, binacional, como mencionada pelos entrevistados, na busca de uma autonomia gestora e decisória do Projeto. Isso implicaria na compatibilização das legislações e estruturas gestoras promovendo, daí sim, uma real dinâmica integradora que evitasse o que a autora chamou de “marcha atrás”.

Já o artigo **“A parceria estratégica Brasil-Brics: uma análise conceitual (2009-2014)”**, de Pedro Lange Netto Machado, objetiva verificar se o relacionamento do Brasil com o grupamento Brics – composto também por Rússia, Índia, China e África do Sul – pode ser entendido nos termos de uma parceria estratégica no período compreendido entre 2009 e 2014. Como lembra o autor, no contexto que se configurou após a Guerra Fria, o estabelecimento de parcerias estratégicas desponta como recorrente na prática diplomática brasileira, ainda que o conceito continue sendo tema de debates na literatura especializada. Paralelamente, verifica-se um progressivo ganho de importância do Brics na política externa brasileira, o que se reflete na realização de cúpulas anuais, que promovem o estreitamento da relação entre esses países em uma ampla variedade de áreas. Para tanto, a metodologia adotada na pesquisa consiste na análise das declarações oficiais das cinco primeiras cúpulas dos Brics (2009-2014), que são posteriormente inseridas em meio ao debate conceitual sobre parcerias estratégicas. Essa estratégia permite concluir que o Brics despontou, no período analisado, como um parceiro estratégico na política externa brasileira.

O artigo argumentará que o relacionamento entre o Brasil e o Brics, em seus primeiros cinco anos de existência, constituiu um caso de parceria estratégica na política externa do país. Inserir o grupamento na discussão acerca de parcerias estratégicas, no entanto, reconhece o autor, torna-se desafiador tanto porque tal categoria de relacionamento vem sendo formalmente observada apenas entre Estados e/ou organizações internacionais quanto pelo debate em torno do conceito de parceria estratégica, ainda em aberto.

Numa chave de leitura mais conceitual, **“Robert Cox e o microrregionalismo transfronteiriço na Abordagem da Ordem Mundial”**, de Gustavo Matiuzzi de Souza, apresenta as bases teóricas da Abordagem da Ordem Mundial (AOM) esquematizadas por Robert Cox em sua teoria crítica e introduz a referida abordagem tal como desenvolvida por estudiosos das Universidades de Sheffield e Warwick. Explora-se também os limites e as potencialidades de sua aplicação no que diz respeito às (micro) regiões transfronteiriças. O autor parte do Segundo pressuposto teórico para sua abordagem: é corriqueiro o emprego da AOM e da teoria crítica coxiana em investigações sobre as relações internacionais de modo geral, sobre as relações de trabalho e a sociedade civil em um mundo globalizado, ou sobre o desenvolvimento da teoria crítica nas RI. No

entanto, no que toca à compreensão dos fenômenos regionalistas latino-americanos e do regionalismo transfronteiriço, em especial no que se refere à produção brasileira (mas também latino-americana) sobre o assunto, é latente o diminuto conhecimento e subutilização da AOM e de suas bases teóricas. A partir da pesquisa bibliográfica empreendida, o texto postula que a AOM permite uma visão crítica das relações de poder e as suas consequências para o regionalismo, a integração regional e a sociedade civil, e que o conceito de microrregionalismo pode ser problemático para a compreensão do fenômeno em regiões transfronteiriças periféricas (Sul Global).

Para o autor, a AOM pode ser útil para compreender o papel de estados fracos na promoção do capital transnacional através das microrregiões e no entendimento a respeito do papel da fronteira nessas regiões, da mesma forma como permite entender as fronteiras dos países débeis como não atrativas ao capital, inclusive se forem consideradas as dinâmicas domésticas das nações concernentes. Desta forma, segundo a AOM, “não seria demasiado afirmar que as populações que habitam as microrregiões transfronteiriças periféricas sejam as mais expostas às intempéries advindas do modo de produção da vigente ordem mundial”

“Comercio hormiga y economía informal en las fronteras del cono sur: la triple frontera Brasil-Argentina-Paraguay”, dos pesquisadores Camilo Pereira Carneiro, Roxana Morales Bonilla e Bruna Samuel Tonetto coloca foco sobre um dos problemas mais clássicos e, paradoxalmente, urgentes da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai: o chamado “comércio formiga”, feito por uma população sem opção de trabalho e de baixa escolaridade que acaba se constituindo como protagonista do contrabando naquela região. O texto avalia as barreiras comerciais e fiscais determinadas pelos três governos e o quanto as mesmas constituem uma força contrária aos interesses desta população desfavorecida – uma parcela significativa em meio a mais de um milhão de pessoas que vivem nos núcleos urbanos envolvidos pela fronteira, Foz do Iguaçu, (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) y Ciudad del Este (Paraguay). Ao iluminar as características econômicas, políticas, geográficas e sociais que configuram uma dinâmica territorial de transfronteirização, o trabalho mostra a dependência, por parte das cidades fronteiriças, do comércio formiga, prática que mantém uma quantidade considerável de pessoas das classes trabalhadoras em atividade na vida econômica de seus respectivos países, seja no setor formal ou informal.

“Estado Islâmico: um fim?”, de Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara e Paulo César Nascimento, revisita a trajetória histórica do Estado Islâmico (EI), delineando seu processo de criação, ascensão e queda, para postular uma avaliação crítica sobre sua realidade atual. Para tanto, são recuperadas as causas e, sobretudo, os erros que levaram ao fenômeno da criação e atuação do Estado Islâmico, desde os contextos instáveis do Iraque e Síria até a questão dos financiamentos saudita e da posição turca. A linha dos autores sustenta a tese de que o EI é um filho da ocupação do Iraque (2003-2011) por parte dos norte-americanos, assim como uma cria indireta da Guerra da Síria e das chamadas proxy wars (guerra de procuração), fenômenos que teriam proporcionado ao Grupo uma fonte de alimento e um fortalecimento sem precedentes. Os autores buscam refletir ainda sobre as (novas?) formas de combate nesta fase em que se encontra o

grupo nos dias atuais, a partir do pressuposto de que um virtual fim do Califado não significa, necessariamente, o fim do grupo em si.

O texto sugere que, se algum dia o núcleo central e a organização característica forem destruídos poder-se-á, apressadamente, comentar que será o “fim do EI” (ignorando, claro, o fator rede do grupo), mas isso não terá significado o fim do perigo do jihadismo nacional e internacional, bem como de seu conseqüente terrorismo. Objetivo esse que só seria possível a partir do momento em que o intervencionismo direto e indireto do Ocidente ao Oriente Médio sem esquecer aquele promovido pelos próprios países-potência da região em conflitos localizados. Pois como dizem os autores, “propagar ideias destrutivas e fornecer terreno frutífero ao ódio são realidades que nenhuma bomba pode erradicar”.

Finalmente, o ensaio “**Bandeira à brasileira: libelo vexilológico contra o positivismo seletivo no Brasil**”, assinado por Frederico Assis propõem a partir de uma perspectiva ensaística uma releitura e autenticação do símbolo pátrio mor: a bandeira nacional, ao longo da história política brasileira.

Se o espaço mundial contemporâneo está recortado por inúmeras fronteiras politicamente relevantes, como postulam os teóricos e pesquisadores internacionais desta ciência voltada para o mundo, uma das maneiras de vislumbrar esta complexidade certamente começa por nossas leituras. Assim, resta desejar aos leitores da **Século XXI** que desfrutem de seu conteúdo.